

Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas



Coordenador Editorial de Educação:
Valdemar Sguissardi

Conselho Editorial de Educação:
José Cerchi Fusari
Marcos Antonio Lorieri
Marcos Cezar de Freitas
Marli André
Pedro Goergen
Terezinha Azerêdo Rios
Vitor Henrique Paro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Inclusão em educação : culturas, políticas e práticas /
Mônica Pereira dos Santos, Marcos Moreira Paulino
(orgs.) . — São Paulo : Cortez, 2008.

Vários autores.
ISBN 978-85-249-1232-0

1. Educação - Brasil 2. Educação - Finalidades e objetivos
3. Educação especial 4. Educação inclusiva 5. Integração
escolar 6. Pedagogia I. Santos, Mônica Pereira dos. II.
Paulino, Marcos Moreira.

06-6566

CDD-379.260981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Inclusão escolar : Políticas públicas :
Educação 379.260981

Mônica Pereira dos Santos • Marcos Moreira Paulino (Orgs.)

Ana Patrícia da Silva • Anakeila de Barros Stauffer •
Bianca Fátima Cordeiro dos Santos Fogli • Cristina Nacif Alves
• Dayse Serra • Júlio Maia F. dos Santos • Kátia Regina Xavier da Silva •
Lucindo Ferreira da Silva Filho • Marcos Moreira Paulino
• Margareth Maria Neves dos Santos de Oliveira • Mônica Pereira dos Santos •
Simone da Silva Salgado • Vera Lúcia Alves dos S. Corrêa

Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas

2ª edição

5ª reimpressão

 **CORTEZ**
EDITORA

INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: culturas, políticas e práticas
Santos • Paulino

Capa: Estúdio Graal

Preparação de originais: Jaci Dantas

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 2006 by Autores

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — agosto de 2023

Sumário

Prefácio	7
<i>Mônica Pereira dos Santos</i>	
Inclusão em Educação: Uma visão geral	11
<i>Mônica Pereira dos Santos e Marcos Moreira Paulino</i>	
Dimensões e diálogos de exclusão: Um caminho para inclusão	17
<i>Júlio Maia F. dos Santos</i>	
Inclusão e ambiente escolar	31
<i>Dayse Serra</i>	
Expressão da criatividade na prática pedagógica e a luta pela inclusão em Educação: tecendo relações	45
<i>Kátia Regina Xavier da Silva</i>	
Inclusão e processos de formação	59
<i>Simone da Silva Salgado</i>	
O professor de Educação Física como agente do processo inclusivo	69
<i>Ana Patrícia da Silva</i>	
O Coodenador Pedagógico como Agente para a Inclusão	83
<i>Cristina Nacif Alves</i>	
Inclusão na Educação: Uma reflexão crítica da prática	107
<i>Bianca Fátima Cordeiro dos Santos Fogli; Lucindo Ferreira da Silva Filho e Margareth Maria Neves dos Santos de Oliveira</i>	
Educação inclusiva: repensando políticas, culturas e práticas na Escola Pública	123
<i>Vera Lúcia Alves dos S. Corrêa e Anakeila de Barros Stauffer</i>	
Comunicar para viver ou viver para comunicar? Direito mais que natural de qualquer cidadão	143
<i>Margareth Maria Neves dos Santos de Oliveira; Bianca Fátima Cordeiro dos Santos Fogli e Lucindo Ferreira da Silva Filho</i>	
Posfácio	167
<i>Rosita Edler Carvalho</i>	

Prefácio

Este livro é fruto dos trabalhos realizados durante a disciplina Prática de Pesquisa em Inclusão em Educação, ministrada por mim durante 2004 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com integrantes do Lapeade — Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação, fundado em setembro de 2003 por mim, em parceria com mais nove membros.

Tal como sugere o nome da disciplina, um de seus objetivos foi o de engajar os participantes em práticas de pesquisa relativas à promoção de inclusão em educação. Para tanto, propusemos que a turma realizasse, além da leitura habitual de textos sobre a produção de conhecimento científico e inclusão em educação, a análise dos dados preliminares da pesquisa “Ressignificando a Formação de Professores para uma Educação Inclusiva”, atualmente em andamento e sob a responsabilidade do Lapeade, da qual sou coordenadora.

Em que pese tratar-se de uma turma de pós-graduação, da qual se espera todo um comportamento tipicamente “acadêmico”, nossa experiência com a “quebra de protocolos” foi uma agradável surpresa e de grande valia para a rica produção emitida por este grupo. Na verdade, acabamos nos constituindo num grupo que viu no estudo e na interpretação da inclusão em educação um empolgante desafio em suas vidas profissionais. Através dos textos, víamo-nos enriquecidos pelas discussões

que eles suscitavam e desafiados a testar nossas conclusões na prática, tanto em nossa vida de trabalho quanto em nosso dia-a-dia pessoal.

Como resultado, e no intuito de juntos construirmos nosso próprio processo educacional de pós-graduação, decidimos compartilhar estas experiências por meio da produção de artigos reunidos no presente livro sob a forma de capítulos, que contassem nossa trajetória neste processo instigante de reflexão e desafios mútuos.

Assim, este livro não tem a pretensão de ensinar a ninguém como fazer a inclusão, inclusão é processo, e processo não se ensina, vive-se. Temos, entretanto, o desejo de inspirar aqueles que o lerão a se sentir vivos, igualmente recompensados pela prática de tornar um problema um desafio cotidiano a ser criativamente abordado e superado. Porque, cremos, se há algum segredo sobre inclusão, este é ele: desenvolvermos a capacidade de ressignificar as coisas que tradicionalmente vemos como problemas (no sentido negativo do termo) em fontes de inspiração para a superação e aprimoramento de nossas próprias (in)capacidades como educadores.

Os estilos de escrita de cada autor foram preservados, em vez de optarmos por padronizações. Assim, cremos que o diálogo entre autores e leitores ficará facilitado, e a leitura, mais enriquecida. Organizamos o presente livro em alguns capítulos, obedecendo a certa lógica por assuntos. Nos capítulos iniciais, provemos o leitor com uma abordagem mais teórica sobre como tratamos a inclusão. Nos capítulos seguintes, em linguagens variantes entre a quase poética e a acadêmica, discorreremos sobre nossas experiências e visões “inclusivas” de mundo.

No primeiro capítulo procuramos, introdutoriamente, apresentar o “cenário”, o contexto teórico a partir do qual este livro foi construído.

No segundo capítulo destacamos o desafio do educador com orientação inclusiva frente à “globalização” e sua luta contra práticas homogeneizantes e positivistas, guiadas pela lógica do capital.

O terceiro capítulo se refere de forma mais específica à inclusão de portadores de necessidades especiais em classes regulares e suas relações com a família, políticas públicas e capacitação de professores.

O quarto capítulo nos traz uma importante contribuição acerca da importância do desenvolvimento e expressão da criatividade para uma prática pedagógica inclusiva.

No quinto capítulo a autora apresenta uma agradável ilustração do processo de construção de culturas, políticas e práticas de inclusão por meio de uma história infantil — “O equilibrista”.

No sexto capítulo apresentamos um ensaio sobre o trabalho do professor de Educação Física norteado por visões inclusivas.

O sétimo apresenta valiosa experiência sobre um trabalho de formação de coordenadores pedagógicos e sua importância para a Educação Inclusiva.

No oitavo capítulo os autores refletem sobre a prática da inclusão, citando a inclusão na educação profissional.

No nono capítulo, as autoras nos oferecem um rico relato de experiência com a educação de deficientes mentais dentro de uma perspectiva crítica, política e inclusiva em sua essência.

Por fim, o último capítulo apresenta mais uma rica experiência com comunicação alternativa a partir de uma reflexão sobre diversas deficiências e as garantias legais existentes em nosso país para com o trato das mesmas.

Espero que o leitor tome este livro como uma iniciativa de compartilhamento de experiências, idéias e teorias sobre inclusão, e sinta-se à vontade para testá-las, modificá-las, criticá-las e, quem sabe, usá-las como ponto de partida para suas próprias reflexões sobre inclusão em sua vida. De nossa parte, estamos abertos — e mesmo desejanter — de uma aproximação com o leitor, para o que, desde já, nos colocamos à disposição para contatos pelo e-mail monicapes@globocom.com.

Com carinho,

Mônica Pereira dos Santos

Inclusão em Educação: Uma visão geral

Este capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor uma idéia geral sobre a Educação Inclusiva que defendemos, a fim de proporcionar um breve panorama sobre as suas interseções com outras áreas de estudo.

Acreditamos que está na educação, sem dúvida, a principal ferramenta para a transformação social verdadeira que tanto almejamos. Nos dias de hoje as desigualdades sociais e o desrespeito às diferenças são banalizados em nosso cotidiano, e a escola, sem dúvida, reflete e reproduz estas relações. Desta forma, nossa sociedade e, por conseguinte, nossa escola, está envolvida por uma lógica que determina a exclusão de alguns grupos para o beneficiamento de outros, em detrimento dos valores igualitários expressos em diversas declarações mundiais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo.

* Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora em Inclusão em Educação, professora-adjunta dos Programas de Graduação e Pós-graduação em Educação da FE-UFRJ, fundadora e membro do Lapeade — Laboratório de Pesquisa, estudos e apoio à participação e à diversidade em educação, co-coordenadora da linha de pesquisa sobre multiculturalismo e inclusão em educação.

** Licenciado em Biologia, fundador e membro do Lapeade — Laboratório de Pesquisa, estudos e apoio à participação e à diversidade em educação, pesquisador em inclusão em educação.

Neste sentido, a educação inclusiva tem importância fundamental, pois busca, por princípio básico, a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes. Baseadas nestes ideais democráticos, as propostas inclusivas são revolucionárias, pois almejam, *incondicionalmente*, uma estrutura social menos hierarquizada e excludente, tendo como base o argumento de que todos temos o mesmo valor, pelo simples fato de sermos humanos. E que, por isso mesmo, todos precisamos ser considerados e respeitados em nossa maneira subjetiva e única de existir.

Porém uma sociedade sem exclusões é, para nós, apenas um vislumbre. Inclusão e exclusão são conceitos intrinsecamente ligados, e um não pode existir sem o outro porque inclusão é, em última instância, a luta contra exclusões. Analisando desta forma podemos então afirmar que sempre existirá a luta por uma educação inclusiva. Se exclusões sempre existirão, a inclusão nunca poderá ser encarada como um fim em si mesmo. Inclusão sempre é um processo.

Nosso foco para esta análise inclusão-exclusão se baseia em três dimensões: as culturas, as políticas e as práticas (Booth, 2000), conforme veremos ao longo de vários capítulos deste livro.

Antes, porém, de passarmos aos capítulos propriamente ditos, gostaríamos de esclarecer alguns fundamentos relativos à inclusão como a defendemos no tocante a alguns assuntos bem cotidianos às instituições educacionais de todos os níveis (como o currículo e a avaliação), à luz de ideais de igualdade e participação.

Currículo, avaliação e hierarquia

Igualdade, um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é, de forma alguma, *tornar igual*. Incluir não é *nivelar* nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto o “aluno-padrão” não existe: cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino-

aprendizagem deve levar em conta estas diferenças. Para que isso ocorra, dois “tabus” da escola precisam ser revistos: o currículo e a avaliação.

Sabemos que práticas educacionais revelam relações de poder bem institucionalizadas. De acordo com Foucault (1998), todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. Desta forma, tomaremos como ponto de partida para discutir a efetivação da inclusão e de todas as mudanças curriculares que ela exige o questionamento de algumas relações de poder, sutis ou explícitas, que são frequentemente postas em prática nos variados ambientes educacionais.

Ainda nos parece bem marcante na prática educacional a idéia de currículo relacionada a *conteúdo*. Obviamente o conteúdo é parte do currículo que defendemos, mas, de acordo com nosso referencial de inclusão, acreditamos que esta idéia deve ser radicalmente revista. Toda esta quantidade de saberes exigidos dos alunos muitas vezes não tem finalidade alguma na construção das suas identidades, por simplesmente não conter respostas para suas questões cotidianas. A *estória* que a escola conta muitas vezes não corresponde à *história* pessoal de sua comunidade, mostrando que alunos, e até professores, são privados de participar mais ativamente no processo de ensino-aprendizagem. E participação é a alma, por assim dizer, de toda proposta de inclusão (Santos, 2003). É como se tais sujeitos fossem vetados de seu poder de decisão sobre o que seja importante ser aprendido ou ensinado. Esta relação impositora de quantidade de conteúdos em tempo preestabelecido não nos parece nada democrática e este tipo de gestão, que reprime as demandas do alunado em benefício de prazos (bimestres, trimestres, semestres...) ou de provas (como o vestibular e outros concursos) não nos parece coerente com a educação que inclui sujeitos nos processos decisórios e cotidianos através da participação, conforme defendemos.

Este currículo reprime por acabar funcionando muitas vezes como uma *grade curricular* no sentido literal da expressão. Representa e impõe valores de uma cultura hegemônica, que pouco se assemelha à cultura popular e seus anseios. Todas as disciplinas parecem, aos poucos, tentar homogeneizar os alunos em torno do que seja o aluno-“padrão”, identificado por meio de sua nota e de seu bom comportamento. Para nós, a edu-

cação em sua expressão curricular deveria buscar exatamente o contrário. Levar em conta as diferenças pode fazer com que elas se transformem em recursos, possibilitando que esta metodologia massificante acabe substituída por uma gama de metodologias e este critério de avaliação fechado por diversos critérios, mais flexíveis, ambos determinados pelos próprios protagonistas. Reiteramos que esta flexibilização não significa nivelar por baixo. Não significa nivelar de forma alguma. Também não significa queda de qualidade, muito pelo contrário.

Ao assumir este tipo de postura quanto ao currículo, tornamo-nos aptos a evitar julgamentos discriminatórios sobre quem é *capaz*, ou não, baseados na comparação, seja com um modelo de aluno-“padrão” (que não existe) ou entre os próprios alunos. Isto, por sua vez, pode se refletir em um processo avaliativo não-hierarquizado. Uma avaliação não-hierarquizada e participativa avalia o *processo* de ensino aprendizagem, que além do aluno focaliza o próprio professor, a instituição, o material didático... Quando muito, compara o aluno a si mesmo, em sua própria trajetória educacional: no início e ao longo do processo educativo.

A Educação Inclusiva traz uma contribuição para uma educação diferente, transformadora, que vai além da visão neoliberal de *capacitação*. Por meio do convívio com a diversidade e utilizando-se de toda a sua riqueza, espera-se ajudar na formação de indivíduos mais críticos para *decidir*, e não para *servir* (Giroux, 1997). A igualdade então deixa de ser sinônimo de homogeneização (Santos, 2003), sendo ressignificada, indo além da garantia ao acesso e abrindo caminhos para que os indivíduos *realmente* possam fazer suas próprias escolhas, decidir seus próprios rumos.

Esta ressignificação da avaliação e do currículo será impossibilitada, como já observado, se a escola continuar impedindo a participação de alguns. O poder de decisão, por exemplo, deve pertencer a todos. Portanto, alunos, professores, família, coordenadores pedagógicos, comunidade, diretores, técnicos administrativos, todos deverão contribuir (se assim desejarem) nos processos decisórios na escola, prática pouco freqüente. Se esta relação hierárquica (onde um decide e os outros obedecem) não começar a ser desconstruída no ambiente escolar não conseguiremos viver em uma *democracia plena*, pois o participar precisa ser um hábito. Não

adianta, por exemplo, falarmos de participação nas épocas eleitorais se na nossa escola nunca soubemos o quanto nosso papel é importante, porque as decisões sempre foram tomadas *para* nós (mas nem sempre *por* nós...).

Esperamos, com estas palavras, ter introduzido o leitor na perspectiva que aqui abordamos e defendemos, de modo que a leitura dos próximos capítulos fique contextualizada.

Bibliografia

- BOOTH, T. et alii. *Index for Inclusion — developing learning and participation in schools*. Bristol: CSIE, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. *Revista da Faculdade de Educação da UFF*, n. 7, maio 2003.